

A Formação do povo brasileiro a partir do pensamento de Lélia González e Abdias do Nascimento

Érica Renata Chaves Araújo de Melo¹

Recebido em março de 2023

Aceito em junho de 2023

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar como foi a formação do povo brasileiro a partir de Abdias do Nascimento e Lélia González. Suas obras ressignificam o pensamento sobre as relações sociais e raciais no país no contexto pós-colonial. A percepção de que o racismo tinha um viés estrutural e histórico os uniu e fez com que as perspectivas adotadas por esses pensadores convergissem no sentido de interferir ou mesmo provocar mudanças nas políticas institucionais do Brasil. A busca por tornar o negro, suas questões e lutas visíveis, fez com que ambos se encontrassem no tempo e no espaço. Considerar que a questão racial não pode ser uma categoria de análise única no que tange às desigualdades e trazer a interseccionalidade para esse centro analítico também foi um ganho para os estudos raciais. Tais mudanças foram provocadas pelos autores na tentativa de descolonizar as teorias propostas para a formação do povo brasileiro.

Palavras-chaves: Abdias do Nascimento; Lélia González; Povo Brasileiro; Pensamento Social Brasileiro.

The formation of the Brazilian people: thoughts of Lélia González and Abdias do Nascimento

ABSTRACT

It is intended to know the thoughts about the formation of the Brazilian people from two thinkers: Abdias do Nascimento and Lélia González. His works served to reframe thinking about social and racial relations in the country in the postcolonial context. The perception that racism had a structural and historical bias united them and made the perspectives adopted by these thinkers converge in the sense of interfering or even causing changes in institutional policies in Brazil. The quest to make black people, their issues and struggles visible, made both meet in time and space. Considering that the racial issue cannot be a single category of analysis with regard to inequalities and bringing intersectionality to this analytical center was also a gain for racial studies. Such changes were provoked by the authors in an attempt to decolonize the theories proposed for the formation of the Brazilian people.

Keywords: Abdias do Nascimento; Lélia González; Brazilian people; Brazilian Social Thought.

¹ Psicóloga; Especialista em Saúde Coletiva (UCDB); Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (UFPB); Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ericarenata_araujo@hotmail.com. Orientadora: Marcela Zamboni; Bolsista CAPES. João Pessoa/PB.

Introdução

Abdias do Nascimento e Lélia González estão no grupo de militantes negros dos anos 1980, possuem histórico de atuação política em partidos políticos buscando imprimir reflexões acerca do negro e do racismo no Brasil. Nesse período, o Movimento Negro passou a ser organizado social e politicamente com pautas importantes referentes às relações raciais no país, principalmente, no que se refere ao mito da democracia racial, criticada por ambos os autores, como também a percepção do racismo enquanto questão estrutural apontavam novas perspectivas para perceber as pessoas negras e a herança do colonialismo na formação do povo brasileiro. O ponto de convergência entre os dois autores são as implicações do racismo e a superação dos danos materiais e subjetivos causados para os negros/negras e a própria sociedade brasileira.

Discutir a formação histórica e cultural do povo brasileiro no contexto dos dias atuais é reforçar a necessidade de repensar as relações sociais perpetuadas pela escravidão e desigualdade. É olhar para trás e pensar como chegamos aqui e qual interferência isso tem nos valores e construções sociais vividas atualmente. Uma sociedade com heranças do colonialismo excludente e exploradora de negros e povos indígenas, que existia por sua lógica hierárquica e violenta, apagando a cultura local e moldando um “novo” pensamento social.

Lélia González (1984) coloca o negro e a mulher negra em evidência, para a autora, estes se constroem enquanto sujeitos negros a partir de suas vivências, fazendo com que este sujeito seja protagonista dele mesmo. A partir do pensamento social da autora, aponta novas perspectivas para o feminismo negro² e sua consolidação, além de criticar ferrenhamente a existência da democracia racial, pois não houve, para ela, relação do homem cortez entre os portugueses que tomaram as terras indígenas e os africanos que no Brasil chegaram. Tal aspecto serviu para ocultar a existência do racismo enquanto herança do Brasil colônia e o branqueamento também como tentativa,

² Movimento de mulheres negras que protagonizaram, dentro da discussão racial, a discriminação de gênero.

inconsciente, de apagar a raça negra da sociedade, compreendendo esta enquanto conceito não biológico e sim, etno-semântico pensado pelo antropólogo Kabengele Munanga (1988).

Já Abdias do Nascimento (1914-2011), negro e de uma família de sete irmãos, sentiu na pele os efeitos do racismo. Pautou que a busca pela identidade é necessária para a defesa do povo negro. Com a obra *O Genocídio do povo brasileiro - Processo de um racismo mascarado* (1978), o autor imprimiu uma nova forma de interpretar o racismo e a realidade brasileira. Para ele, o negro tem papel essencial no reconhecimento da identidade do povo chegando a afirmar que “a história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos [...]” (NASCIMENTO, 1980, p. 15). Quanto às categorias pensadas pelo autor, mestiçagem e genocídio, estas são formas de apagamento da raça negra e da superioridade do povo branco, sendo mais uma vez considerado como o dominante numa sociedade capitalista, com resquícios escravagistas e opressora contra a pessoa negra.

As ideias que se apresentam, por ora, fazem parte da conclusão da disciplina Pensamento Social Brasileiro ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Tavolaro na Universidade Federal de Brasília (UNB) como meio de discussão dos textos e pensamentos apontados durante a disciplina. Tal estudo não se mostra de forma a contemplar, obrigatoriamente, pontos convergentes ou divergentes dos atores apontados, mas compreender, mesmo com a diferença de anos que os separam e dos diferentes contextos em que viveram e experienciaram o racismo, como o debate deste tem sido realizado por diferentes vertentes consolidando novos olhares sobre as questões raciais no Brasil herdadas desde o colonialismo.

Assim, este estudo está estruturado em três partes. A primeira traz o pensamento de Lélia González partindo da compreensão do racismo inconsciente e a sua crítica à ideia de democracia racial. A segunda consiste na perspectiva de entender o branqueamento como política de genocídio apontando assim o pensamento de Abdias do Nascimento e, por fim, os possíveis pontos convergentes ou divergentes entre os autores escolhidos, mesmo não sendo objetivo deste estudo, mas no intuito de compreender as convergências existentes na luta por direitos de pessoas negras.

Pensamento de Lélia González: o racismo inconsciente e a democracia racial

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto" (GONZÁLEZ, 1984, p. 226).

A autora ascendeu de uma posição social menos favorecida economicamente para um lugar de militância e luta pelo negro no Brasil. Nasceu em 1935 em Belo Horizonte, numa família de um total de 18 filhos e ingressou na faculdade no Rio de Janeiro. Dedicou-se ao protagonismo da mulher negra pensando um novo feminismo reconhecendo as interseccionalidade³ existentes nas suas opressões enquanto mulheres, negras e de classes inferiores. Para isso, juntou-se a pensadoras feministas americanas, a exemplo de Ângela Davis e bell hooks.

Sua formação acadêmica rendeu pensamentos importantes para compreender o pensamento social brasileiro. Foi antropóloga, filósofa, escritora e professora. Estando em espaços em que o negro inicialmente não frequentava, Lélia Gonzales percebeu o que mais tarde vinha a ser o que ela chamou de branqueamento, ou seja, a dominação do branco e sua superioridade reforçando as práticas racistas. Para ela, a militância não se separava do olhar acadêmico e teórico, ambos necessitam andar juntos para fazer a diferença, como afirmou a autora: “não se nasce negro, torna-se”. Seu pensamento teve como base a explicação do porquê a sua recusa em aceitar a ideia da democracia racial e a ideologia do branqueamento como forma de apagamento da raça negra, que Abdias do Nascimento vem chamar de genocídio.

A autora propõe um racismo especificamente do “modo à brasileira”; para ela, o racismo e a influência do negro na formação cultural e histórica do povo é encoberto pela superioridade eurocêntrica que apaga a contribuição de quem já estava no território

³ Conceito criado pela teórica feminista Kimberlé Crenshaw para compreender, analiticamente, a articulação existente entre classe, raça e gênero nas opressões sofridas pelas mulheres negras.

brasileiro com a chegada dos portugueses. Lélia Gonzales (1988) afirma o quanto é necessário olhar para essa contribuição de forma mais “criativa” propondo olhar o racismo sob o viés psíquico. Parece que as explicações ou teorias das ciências sociais não seriam o bastante para explicar tal violência, era preciso enxergar o que estava por trás, aproveitando a categoria proposta por Freud de “denegação” que, citando Laplace e Pontalis (1970), define-se como o “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (LAPLANCE; PONTALIS, 1970, p. 69), ou seja, a negação do racismo e que a formação social não se deu apenas pela influência europeia, negando que todos somos o que ela chamou de *ladinoamefricanos*, que para a autora foi uma forma de “pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringisse apenas ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade” (GONZÁLEZ, 1988, p. 71).

A violência com que a naturalidade do racismo se assume a partir da resistência dos colonizados deu lugar, segundo a autora, ao pensamento da internalização e do racismo disfarçado ou aberto. Compreendida como uma “superioridade” dos colonizadores pelos negros, ambas as formas de racismo têm o mesmo papel: oprimir e explorar. Para ela, nos países latino-americanos, o racismo por denegação seria o racismo disfarçado, onde a miscigenação, assimilação e a democracia racial prevalecem, negando a existência do racismo e das práticas racistas (GONZÁLEZ, 1988). O que a autora traz à tona é que o racismo existe e que, se for negado, não há como combatê-lo, pois, teoricamente, não existiria.

Afirma ainda que o branqueamento foi e é a tentativa de “limpar o sangue”, colocando o negro contra ele mesmo, dizendo que:

[...] reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez que estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos; o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil), é internalizado com a negação da própria raça (GONZÁLEZ, 2020, p. 130).

Sobre o branqueamento, afirma que foi a forma de se perpetuar o pensamento eurocêntrico onde os valores e crenças dos brancos são hegemônicos e universais, para usar palavras da própria Lélia Gonzales. Seria uma ideologia para manter essa superioridade e “fragmentação da identidade racial”, ou seja, o “desejo de embranquecer” o povo negro. A resistência, para ela, viria da cultura e da consciência coletiva que é necessário reconhecer as práticas racistas para ter força de resgatar a identidade negra.

Para Castro-Gómes (2005), o padrão eurocêntrico é trazido pelo branqueamento e a raça como determinante para a desigualdade de classe no Brasil. Como bem disse Santos (2021), Lélia Gonzales “permitiu a construção de outra identidade negra, ou de uma negritude despida das verdades eurocêtricas/coloniais” (CASTRO-GÓMES, 2005, p. 512) negando a latinidade americana colocando no centro da questão racial uma compreensão epistemológica baseada numa nova categoria, a de *amefricanidade* sendo a “unidade específica historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo” (GONZÁLEZ, 1988, p. 23).

Como ferrenha crítica daquilo que Gilberto Freyre descreveu como “democracia racial”, Lélia Gonzales (1984) não concordava que havia uma relação harmoniosa entre os povos colonizados; o que havia era uma subalternidade e opressão mascarada e inconsciente do negro pelo branco para fingir uma relação de igualdade e liberdade, o que impedia os negros de terem uma autoconsciência de sua exploração e desigualdade racial e social. Assim, para ela, o racismo se legitimava reproduzindo uma cultura branca de forma dominadora não se dando conta, assim, do grande papel que o negro teve na formação do povo brasileiro.

Analisando o mito da democracia racial, a autora utiliza o pensamento de DaMatta (1997) quando aponta as contradições trazidas nos desfiles e comemorações carnavalescas, mudando os papéis sociais de forma a demonstrar as dicotomias existentes na sociedade: mulher recatada e do lar – mulher desnuda, negros em posições de superioridade – negros pobres e de periferia, conforme afirma DaMatta (1997, p. 150): “a nostalgia brasileira vem, certamente, dessa a zona de alta ambiguidade, quando a

alternativa é apresentada e altamente controlada, num mundo que se especializou no controle da mudança social radical”. Assim, Lélia Gonzales demonstra que realmente a democracia racial não existe de fato, o que existe é uma “neurose coletiva” para negar o racismo enquanto sintoma de uma sociedade racista e escravocrata além de enaltecer o branco.

Sobre a falácia de democracia racial, Lélia Gonzales (2020, p. 184) afirma:

Existe uma outra mentira histórica que afirma que o negro aceitou passivamente a escravidão, adaptou-se a ela docilmente porque, afinal, os senhores de escravos luso-brasileiros foram muito bons e cordiais. E, como prova disso, dizem que a mãe preta foi o modelo dessa aceitação. Mas a gente pergunta: ela tinha outra escolha? Claro que não, pois era escrava e justamente por isso foi obrigada a cuidar dos filhos de seus senhores.

De fato, seus pensamentos nos dão um respiro quanto aos pensamentos teóricos decoloniais e a proposta de um feminismo afro-latino-americano contrário ao feminismo único, hegemônico. Por pensamento decolonial, compreendemos que são formas de pensar e produzir o conhecimento que vão além da visão única eurocêntrica das epistemologias, buscando conhecimentos e ideias não colonizadas que empoderem novas formas de pensar não subalternizadas. Enquanto militante negra, Lélia Gonzales utilizou sua posição social para estar dentro do Movimento Negro e apontou a importância de considerar as questões de mulheres negras de forma interseccional, trazendo a categoria de classe e gênero para dentro das opressões capitalistas e patriarcais que sofriam as mulheres negras. O movimento de mulheres brancas não compreendia (há quem diga que ainda não compreende) que haveria de ter um outro feminismo que contemplasse as vivências e experiências de mulheres negras e que estas têm particularidades oriundas de toda uma herança machista e escravagista que formou a identificação social do povo brasileiro. Assim, afirma que a “exploração de classe e a discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum entre homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada” (GONZÁLEZ, 1988, p. 18).

Sobre a pauta feminista, a autora de *Por um Feminismo afro-latino-americano* (2020), no capítulo A mulher negra no Brasil, discorre sobre dados que contextualizam a vivência das opressões da mulher negra comparada com os homens negros e as

mulheres brancas, concluindo “que discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão” (GONZÁLEZ, 2020, p. 145). Mesmo passando por várias consequências do racismo e capitalismo, a mulher, na visão da autora, conseguiu engajamento para denunciar as violências e ao mesmo tempo fazer com que o movimento negro entendesse que “o racismo precisava ser parte da luta feminista, já que, assim como o sexismo, era igualmente uma forma estrutural de opressão e exploração” (GONZÁLEZ, 2020, p. 149).

Branqueamento e marginalidade como política de genocídio: pensamento de Abdias do Nascimento

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/branquice, supostamente de origem arioeuropeia (NASCIMENTO, 1980, p. 15).

Abdias do Nascimento, professor, negro, militante, de família menos abastada financeiramente, buscou novas formas de pensar a realidade do negro no Brasil. Ser negro o ajudou a perceber seu universo e pensar analiticamente alternativas de compreender a realidade do pensamento social no Brasil. Entendia que o racismo tinha uma natureza estrutural fundamentada na “mestiçagem programada” entre raças, sendo uma subalterna à outra. Desempenhou a função político-partidária onde atuou no Congresso Nacional como deputado federal de 1983 a 1987 e senador de 1997 a 1999 utilizando destes espaços para disseminar a raça como elemento de compreensão das desigualdades sociais e raciais. Para o autor, o branco tinha uma posição, assim como para Lélia Gonzales, de superioridade para pensarmos a formação do povo brasileiro.

O eurocentrismo, historicamente, se constituiu como uma forma de pensar hegemônica. Para Abdias do Nascimento (1978), essa forma de ver a identidade da sociedade brasileira foi decorrente do processo de mestiçagem, que gerou o que ele considerou como genocídio do negro. O genocídio silencioso, porém, institucionalizado,

é decorrente também do colonialismo operado no país mesmo após a abolição. Para ele, haveria de ter uma sociedade plurirracial como meio de superar as diferenças culturais e sociais entre a população. Contudo, o genocídio tem como base o pensamento de que as relações entre brancos e negros eram permeadas pela igualdade, o que reforça o mito da democracia racial. Na verdade, o pensamento impresso por Gilberto Freyre, de que os portugueses tiveram êxito ao colonizar o Brasil, para Abdias do Nascimento, reforçou a superioridade racial e a hierarquia social. Como afirmou Nascimento (1978, p. 42):

A teoria luso-tropicalista de Freyre, partindo da suposição de que a história registrava uma definitiva incapacidade dos seres humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos (os “selvagens” da África, os índios do Brasil seriam documentos viventes deste fato), afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas tanto na África como na América.

A mestiçagem, enquanto um processo de apagamento de raça negra, para Abdias do Nascimento foi o primeiro sinal do que ele chamou de “branquificação sistemática do povo brasileiro”, ou seja, o mulato como destruição da raça negra, a tentativa ideológica de branquear a população do país e eleger o mestiço como ícone da verdadeira democracia racial. A tentativa da dominação do branco estava posta e a ideia de uma sociedade multicultural e plurirracial desaparecia dando lugar à hegemonia europeia. Sobre esse processo, Munanga (2006, p. 97) afirma que:

Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos stocks raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural.

A luta pela autoconsciência continua enquanto as elites acham que qualquer tentativa de trazer o negro para o centro da formação do povo brasileiro é uma retaliação, “uma ameaça à segurança nacional” (NASCIMENTO, 1978, p. 78). O desejo de que o negro não se reconheça como tal diz muito do como a elite pensava e o que

queria: se não há autoconsciência, há uma continuidade da exploração e opressão da raça pelo branco, deixando o negro desorganizado socialmente, sem ter condições de questionar a existência do racismo. O negro nada tinha a ganhar a não ser o sentimento do que é ser branco, de existir enquanto branco e experimentar seus privilégios gerando conceitos postos pelo autor como miscigenação programada e assimilação da cultura branca e europeia. Como afirmou Nascimento (1980), “tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois que lhe barra qualquer possibilidade de auto-afirmação com integridade, identidade e orgulho”, pois “na América Latina se pratica a discriminação racial de maneira mascarada, sutil, aberta e encoberta”.

Propõe que o afrodescendente tenha plena consciência de sua raça para, daí em diante, romper com a estratificação racial e reconhecer a realidade como ela é. Tal aspecto não foi importante, segundo Abdias do Nascimento (NASCIMENTO, 1980), para alguns intelectuais que tinham a questão da classe como única categoria de explicação para a desigualdade e organização social brasileira. A libertação passaria pelo que chama de “processo de libertação pan-africana”, propondo uma nova forma de olhar a cultura negra e sua influência para a formação do povo brasileiro, uma cultura tida como aberta a novas formas de organização social com novos valores científicos e decoloniais ou como ele mesmo afirmou: “Como integral instrumento de uma contínua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômico-políticas essa cultura progressista pan-africana será um elemento primordial da nossa libertação” (NASCIMENTO, 1980, p. 45).

O negro, para o autor, teria um lugar contrário ao que propôs Gilberto Freyre. Este foi bastante conservador ao afirmar que o africano teve uma parcela de responsabilidade na colonização do Brasil, entendendo-o como um *cocolonizador*, de que Abdias do Nascimento discordou totalmente impondo a Freyre uma postura de colocar o negro em menor ou inferior posição além deste contribuir com o próprio genocídio indígena. Nascimento (1978) critica ainda mais quando propõe a ideia de meta-raça como resultado da junção de três raças: meríndios, os descendentes de escravos africanos e brancos, resultando na miscigenação na visão de Freyre e na própria supremacia branca. A expressão com que Florestan Fernandes apontou o “preconceito

de não ter preconceito”, faz com que o Estado não assuma sua ausência nas políticas públicas contra o racismo e oculte as suas próprias práticas racistas.

O mito da democracia racial tem sido muito questionado por autores decoloniais e que estão dentro do movimento negro. A ideia que no Brasil as relações sociais não perpassam também pela relação racial e apenas pela relação de classe e gênero, deixa o racismo inerte, apagado, deixando a categoria raça de lado, surgindo a necessidade de rever pensamentos com olhares e lentes atuais. Infelizmente, em tempos de bolsonarismo, onde o racismo tem sido enaltecido e cada vez mais praticado não só por brancos, mas também pelos próprios negros, o desejo utópico de romper as barreiras da opressão racial tem ficado cada vez mais no pensamento do que temos como ideal para as relações sociais no Brasil. A democracia esconde as injustiças e desigualdades sociais a ponto de mascararmos as diversas violências sofridas pelo negro e, de certa forma, aceita por toda sociedade na tentativa de “fingir” que não temos sequelas racistas e escravagistas. O ponto de partida para pensar as relações raciais e sociais no Brasil deve ser desigual, partindo de que brancos e negros não tinham as mesmas condições de existência e direitos.

A partir dessas questões, pego-me a refletir: como pensar nas relações raciais a partir da branquitude e do genocídio do povo negro no Brasil em dias atuais sem considerar a perspectiva da necropolítica trazida pelo filósofo Achille Mbembe? Um olhar contemporâneo e atual sobre as práticas racistas herdadas pela sociedade brasileira e que estão mais que institucionalizadas e aceitas. Mbembe (2018) se utiliza do conceito de Foucault sobre biopolítica, que não vem ao caso aqui, propondo que o máximo da soberania do Estado é quando este tem a autonomia de prever quem vive e quem morre, sendo essa a premissa para pensar o controle estatal sobre a vida das pessoas, conseqüentemente, a vida dos negros já que, atualmente, estes representaram 77% das vítimas de homicídios com uma taxa de 29,2 por 100 mil habitantes, o que significa que o negro corre 2,6 vezes mais chances de ser assassinado que o branco (CERQUEIRA *et al.*, 2021). O filósofo, de forma brilhante, compara a escravidão como primeira manifestação da biopolítica, afirmando que:

Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. [...] A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida (MBEMBE, 2018, p. 131-132).

Mas, voltando a Abdias do Nascimento, a busca de colocar a questão racial também como aspecto político faz com que ele crie o Teatro Experimental do Negro em 1944 no Rio de Janeiro. O teatro além de apontar a luta pela cultura negra, também foi combativo através da arte e da organização de diversos eventos que buscavam discutir a questão do negro no Brasil. O desejo de ter o negro representado trouxe a luta contra o racismo para as artes cênicas e para a Constituinte de 1946, influenciando leis que apontassem a existência dessas práticas. Resgatar os valores culturais da cultura negro-africana seria o principal objetivo do Teatro Experimental do Negro. Junto com suas práticas no Teatro, inclusive como ator, Abdias do Nascimento se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, em 1962, liderando o movimento negro dentro do partido apoiado por Leonel Brizola, quando saiu do Brasil devido à Ditadura Militar e não pôde retornar ficando exilado por 13 anos, retornando em 1981 quando fundou o IPEAFRO (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros) e organizou o 3º Congresso de Cultura Negra nas Américas, em 1982, na cidade de São Paulo.

Sua passagem pela política partidária rendeu a Abdias do Nascimento grandes conquistas para a pauta racial. Em 1983 começando como o primeiro deputado negro e seguindo como senador, conseguiu trazer discussões sobre legislações antirracistas e antidiscriminatórias resultando em conquistas vividas até hoje, como a instituição do Dia da Consciência Negra em novembro e a criação da Fundação Cultural Palmares.

O encontro do pensamento ativista e militante: o negro como centro da formação do povo brasileiro

O início dos anos 80 no Brasil foi recheado de novos autores, que além de intelectuais eram militantes e ativistas diretos dos direitos do negro e da importância do resgate desse povo para a construção de um Brasil multicultural e multirracial, reescrevendo a posição hegemônica do povo branco como único a fazer parte da história

do país. Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento faziam parte deste celeiro de lutas. Seus pensamentos foram convergentes no desejo de trazer o pensamento sobre o racismo para o campo não só teórico, mas, principalmente, político e social. O conjunto político estava nos seus escritos e mostrou que o negro havia de pensar politicamente para compreender o contexto no qual estava inserido, não só pensando na raça enquanto categoria analítica, mas a classe e o gênero, igualmente, como práticas opressoras e advindas de uma sociedade burguesa e capitalista. Ambos foram elementos importantes para o movimento das peças do tabuleiro, para rearticular as pautas raciais nos anos 80. Eis que surge um primeiro ponto comum dos autores: a ligação da teoria com a militância. Não poderia haver teoria sem a prática. Pensar uma identidade política africana e negra era pensar, para ambos, o negro enquanto centro do debate das políticas públicas, da existência do racismo, da ideologia da branquitude e do mito da democracia racial.

Para Cirqueira (s.d., p. 06):

[...] entre as várias influências que lhes tocaram, encontram-se as providas do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e o arcabouço teórico do blackpower, do movimento de libertação e descolonização dos países africanos e dos movimentos feministas e de esquerda na América Latina. Desse cenário, ambos absorveram todo um regime discursivo, estético e iconográfico, o que foi traduzido, reelaborado e criticado à luz do contexto brasileiro. Ainda assim, um fundo comum de experiências que envolviam formas semelhantes – mas não idênticas – de opressão racial facilitou para que esses pensamentos se conectassem no espaço e tempo da diáspora nas Américas.

Os pensamentos dos autores foram ainda mais importantes por serem negros. Pensar a formação do povo a partir da perspectiva branca é continuar o apagamento do negro nesse processo. Exemplos como Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, dentre outros que estudamos ao longo da disciplina que deu origem a este trabalho, tidos como intelectuais das Ciências Sociais que estudaram a formação do povo e o sentimento de pertencimento, todos eram brancos. Seria uma convivência com a invisibilidade da raça negra fortalecer o seu apagamento e, como bem lembrou Cirqueira (s.d., p. 03):

Todo esse processo se encaixa nas discussões que alguns autores/as vem fazendo sobre as relações de poder embutidas nas ciências: precisamente no que Mignolo (2005) denomina de “totalitarismo epistêmico” frente ao conhecimento europeu e eurocêntrico sobre o resto do mundo; bem como, o “epistemicídio”, categoria que Suely Carneiro (2005) tomou emprestada de Boaventura de Souza Santos para enfatizar a invisibilização dos discursos dos intelectuais negros e negras nos espaços de produção do conhecimento brasileiros; ou mesmo, a própria “sociologia das ausências e das presenças” proposto por Souza Santos (2004), ou seja, a produção da não-existência por meio de uma “monocultura racional”.

Outro ponto que se entrecruza nos pensamentos e vivências dos autores foi a passagem de ambos pelo movimento político partidário como forma de garantir a discussão das pautas dos movimentos negros e suas reivindicações contra as violências em um lugar de debate real sobre as políticas públicas, o que rendeu, aos dois, perseguições políticas durante a ditadura militar. Num artigo apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, em 2015, Garrido (2015), ao escrever “Militantes, atores políticos e biografados: Abdias do Nascimento e Lélia González”, apresentou trechos de discursos de ambos enquanto exerciam seus cargos políticos demonstrando que, mesmo com a distância de anos que separavam os dois, as pautas antirraciais eram os objetivos em comum entre os dois:

A estrutura de dominação racista, a estrutura branca de dominação do negro ainda perdura até os nossos dias [...] Srs. Congressistas, eu tenho denunciado frequentemente desta tribuna, o racismo institucional, o racismo estrutural que existe na Constituição do Brasil, nas constituições das instituições brasileiras (DISCURSO de Abdias do Nascimento, 1983, p. 2141).

É importante ressaltar que o racismo que existe na nossa sociedade tem que ser encarado olho no olho. Chega de ficarmos disfarçando que somos democratas, raciais, que batemos no ombro do pretinho, mas não admitimos que casa com nossas filhas, porque é demais! Chega desta postura paternalista que marca todas as relações da sociedade brasileira, as relações dos donos do poder com relação aos explorados, oprimidos e aos dominados; relações de compadrio, relações pessoais (DISCURSO de Lélia González, 1987, p. 121).

Ambos discordavam da existência da democracia racial, acreditavam que apenas servia para apagar as práticas racistas, hierarquizadas e escravagistas como resultado da formação social, resquícios do Brasil colônia. Para ambos, a escravidão foi a grande herança negativa do negro para viver no Brasil contemporâneo, sendo o

racismo a ponta central de todas as violências e desigualdades sofridas pelo negro-africano, dentre elas a marginalização racial, desemprego e exploração sexual das mulheres negras tidas como objetos para os homens brancos continuarem com o processo de branqueamento e genocídio da raça negra. Tais ideias se cruzam para pensar como os dois autores conseguiram colocar no centro o apagamento da raça negra.

Essa discordância deixou em evidência que esse era um ponto que, de certa forma, regulamentava o racismo enquanto algo inconsciente e que unia e promovia a nacionalidade tão procurada. Mesmo sendo considerada uma ilusão, um mito, a ideia da existência da democracia racial trazia valores que influenciavam nas relações sociais, nas desigualdades e, tido como uma ilusão, não poderia ser questionada. Pensar que um país foi historicamente construído no apagamento da raça negra é pensar que aqui não existia e existe preconceito das diversas formas, não só racial. O incentivo e o fortalecimento, por parte dos dois autores por meio de suas propostas políticas e epistemológicas, de que o negro precisava ter consciência de sua autoimagem foi razão para que ambos desconstruíssem pensamentos europeus hegemônicos na formação do povo brasileiro e levassem as pautas antirracistas para dentro de espaços de reivindicações e novas epistemologias, como a universidade por exemplo, sendo estes motivos de rever a existência da democracia racial.

Sobre o genocídio, seja na ideia deste enquanto resultado da mestiçagem, ou seja, as relações existentes entre as mulheres negras com os brancos portugueses resultando no verdadeiro apagamento ou mesmo branqueamento da raça negra, como pensava Abdias do Nascimento, seja como propunha Lélia Gonzales que a superioridade branca e eurocêntrica coloca o branco como único na construção da cultura no Brasil, o que resulta na fragmentação da raça e do pensamento que tudo que é branco é melhor, restou ao negro ser contra ele mesmo, contra suas próprias raízes na busca de se sentir superior ou ao menos igual buscando fazer parte da formação cultural e social do país. A mestiçagem ou mesmo a supremacia branca serviu para, cada vez mais, o negro se sentir fora de si mesmo, negar as práticas racistas contra eles e buscar a igualdade por meio da eliminação de sua própria raça. No Brasil atual, o racismo existente demonstra que não teve o resultado esperado. A negação inconsciente do racismo também como

forma de afirmar que ele não existia enfraqueceu as tentativas de colocar holofotes para esse tipo de violência.

O mestiço nada mais foi do que a imagem “real” de que o negro poderia ascender socialmente sendo livre e com direitos iguais a partir da abolição e da proclamação, já que ambos traziam como direito universal a igualdade entre as raças. Para Fernandes (1965), ficou a pergunta: “[...]. que igualdade poderia haver entre o 'senhor', o 'escravo' e o 'liberto'?" (FERNANDES, 1965, p. 199) e afirmando Degler: "a presença do mulato não apenas espalha as pessoas de cor na sociedade, mas ela literalmente borra e, portanto, suaviza a linha entre preto e o branco" (DEGLER, 1971, p. 233).

Na luta por afirmar que o racismo ainda imperava no Brasil e que ele era e continua sendo uma das razões das diversas desigualdades sociais, Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento, conseguiram pensar, mesmo que cada um no seu tempo e experiências individuais, um movimento político combativo com aumento nas produções acadêmicas e científicas buscando reverter o mito da democracia racial e ainda trazer raios de consciência para os próprios negros. Valorizar a cultura africana foi o centro das práticas políticas dos dois autores que buscaram equidade para as relações sociais no Brasil pensando que há diferenças sim, não homogeneidade, e que o Estado deve reconhecer, considerar e planejar o país a partir das diferenças.

Considerações Finais

Vimos que Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento foram essenciais para o resgate de um novo pensamento social brasileiro e um novo olhar sobre as desigualdades raciais e sociais no país. Buscaram descolonizar os pensamentos e teorias que possuíam hegemonia branca e europeia como tentativa de trazer o movimento africano para o centro desse novo olhar sobre a formação do povo e seu sentimento de ser brasileiro. A compreensão de que as desigualdades não eram apenas geradas pela categoria social, mas também racial e de gênero, colocou uma nova forma de pensar, na academia, nas pesquisas e nos estudos científicos, a questão racial. Apontar a raça enquanto aspecto

político possibilitou abrir mentes para essa nova epistemologia, ao invés de contribuir para a invisibilidade do negro e de sua formação.

Meu objetivo não foi trazer os pensamentos dos autores separadamente, mas encontros que pudessem convergir, mesmo os dois vivendo em momentos diferentes de suas vidas e com trajetórias pessoais também diferentes. Lélia Gonzales em um caminho com mais apoio familiar quando da sua vinda para o Rio de Janeiro com toda sua família, seu percurso escolar e acadêmico, político e depois militante e Abdias do Nascimento com resquícios fortes de escravidão, da dificuldade para se inserir nos estudos, trabalho infantil aos 9 anos, sua arte diversa, o exílio até o reconhecimento dos seus pensamentos e ideais muito mais fora do que dentro do Brasil.

A década de 80 foi uma explosão de novos olhares para os movimentos negros de que os autores fizeram parte. A percepção de que o racismo tinha um viés estrutural e histórico, uniu os pensamentos desses dois autores militantes em torno de interferir ou mesmo provocar as mudanças nas políticas institucionais no país. O problema das relações étnico-raciais era, mesmo com intelectuais que iniciaram seus debates a partir dessas questões, ainda um abismo com posturas racializadas e inconscientes sobre a existência e as práticas racistas. Nascimento e González emergiram das teorias antirraciais lutando contra o que Ortiz (2005) chamou de “limbo”, buscando compreender como “o fato de algumas ideias chegarem ao porto de destino e outras não” (ORTIZ, 2005, p. 27-28).

O pensamento diaspórico dos dois autores surge como uma tentativa, como diz Cirqueira (s.d.), de “desembranquecer” o pensamento social no Brasil afirmando que há pensadores negros e que estes pautam as lutas dos movimentos em espaços de reivindicações e deliberações políticas. A busca por tornar o negro e suas questões e lutas visíveis faz com que ambos se encontrem no tempo e no espaço. Reconsiderar que a questão racial não pode ser uma categoria de análise única nas desigualdades e trazer a interseccionalidade para esse centro analítico também foi um ganho para os estudos raciais e foram provocados pelos autores na tentativa de descolonizar as teorias propostas para a formação do povo brasileiro.

Referências

CASTRO-GÓMES, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 80-87. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Dissidentes da Nação: o Pensamento Social e Diaspórico de Lélia González e Abdias do Nascimento**. Mesa Temática: Diásporas y el Atlántico negro. Disponível em: http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/Ponencia%20Dissidentes%20da%20Na%C3%A7%C3%A3o-%20opensamento%20social%20e%20di%C3%A1sporico%20de%20Lélia%20e%20Abdias%20do%20Nascimento.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/28211389-roberto-damatta-carnavais-malandros-e-herois.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022

DEGLER, Carl. **Nem Preto, Nem Branco: Escravidão e Relações Raciais no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Livro, 1976.

DISCURSO DE LÉLIA GONZÁLEZ. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte – Suplemento**. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup62anc20mai1987.pdf#page=1201987>. Acesso em: 20 maio 1987.

DISCURSO DE ABDIAS DO NASCIMENTO. **Diário do Congresso Nacional**. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22OUT1983.pdf#page=29>. Ata da 138ª Sessão de 21 de outubro. Acesso em: 22 out. 1983.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus Editora/Ed. USP, 1965.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. Militantes, atores políticos e biografados: Abdias do Nascimento e Lélia González. In: **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 27 a 31 de julho de 2015. p. 01-18. Florianópolis/SC. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434218116_ARQUIVO_Textocompleto_Militantes,atorespoliticosebiografados_MirianGarrido.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020, 375 p. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/cultura-brasileira-e-identidade-nacional-renato-ortiz.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. A influência do pensamento de Lélia González para a formação do feminismo negro brasileiro - descolonização e americanidade. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 504-520, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 13 abr. 2022.